

Custos Fixos e Variáveis na Casa da Moeda da Bahia de 1714 a 1798

Marco Antonio Cunha de Oliveira

Docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis-Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lílian Simone Aguiar da Silva

Docente da Faculdade de Economia-Universidade Federal Fluminense

Resumo: O trabalho aplica ferramentas de pesquisa contemporâneas à bases de dados antigas permitindo obter novos parâmetros de análise. O estudo das Casas da Moeda tem sido um tema importante na literatura de História Econômica e Numismática. A Casa da Moeda da Bahia foi a pioneira no Brasil, instalada de forma provisória em 1694 e restabelecida de forma definitiva em 1714. Em 1799 o provedor desta casa da moeda envia à corte em Portugal dados da amoedação de ouro e prata na instituição, que cunhou 101,7 toneladas de ouro e 1,9 toneladas de prata de 1714 até 1798, período que apresentou o ápice da produção de ouro do Brasil. Com base nestes dados anuais de cunhagem, receitas e despesas, foram estabelecidos via regressão linear o custo fixo, custo variável e ponto de equilíbrio para a cunhagem de moeda. Foi ainda determinado o custo marginal para a moeda de ouro de 6\$400 réis, a mais cunhada no período. Com a queda na produção de ouro no Brasil em meados do século XVIII, a partir de 1787 a Casa de Moeda da Bahia operaria abaixo do ponto de equilíbrio vindo a apresentar prejuízo até o final do período analisado. A instalação cessaria seus trabalhos em 1830.

Palavras-Chave: Casa da Moeda da Bahia; Custos Fixos e Variáveis; Ponto de Equilíbrio; Brasil Colônia.

1. Introdução

O estudo das casas da moeda no Brasil tem sido um tema importante na literatura de História Econômica e Numismática. Levy (1983) apresenta o ambiente histórico e econômico acerca da circulação monetária no Brasil colonial. A primeira casa da moeda do Brasil seria instalada na Bahia em 1694, embora as primeiras moedas só tenham sido cunhadas em janeiro de 1695 (Gomes, 2019; Borrego, 2024).

Esta casa da moeda inicial da Bahia seria transferida ao Rio de Janeiro em 1698 e para Pernambuco em 1700 onde ficaria até 1702 quando, encerrado o ciclo de casa da moeda itinerante, seria instalada em caráter permanente no Rio de Janeiro, iniciando as atividades em 1703 (Maldonado, 2023; Gomes, 2020).

Acompanhando o crescimento na produção de ouro no Brasil colonial a Casa da Moeda da Bahia seria reinstaurada em 1714, desta vez sob caráter permanente e encerrada em 1834 (Maldonado, 2023, p. 24). Ao mesmo tempo a Casa da Moeda de Minas Gerais funcionaria de 1724 a 1735 (Carrara, 2010).

Carrara (2010) analisa a cunhagem, rendimento e custos na Casa da Moeda de Minas Gerais e para efeito comparativo alguns períodos da Casa da Moeda da Bahia são apresentados. O autor aponta ainda a escassez de trabalhos sobre o tema.

Numa carta do Provedor da Casa da Moeda da Bahia José Venancio de Seixas datada de 1799 e endereçada ao Ministro da Corte Rodrigo de Souza Coutinho foram fornecidas as informações anuais da cunhagem de ouro e prata nesta casa de 1714 até 1798, bem como receitas e custos correspondentes.

Neste contexto, este trabalho procura determinar a estrutura de custos na cunhagem da Casa da Moeda da Bahia no período de 1714 a 1798, em que funcionava de forma permanente, através de sua divisão entre custos fixos, variáveis, ponto de equilíbrio e o custo marginal de produzir uma moeda de ouro de 6\$400 (seis mil e quatrocentos réis), a mais cunhada no período.

A aplicação de ferramentas de análise contemporâneas às bases de dados antigas permite obter novos parâmetros de estudo. Neste sentido, o trabalho será desenvolvido nas seguintes etapas: o segundo item apresenta as casas da moeda no Brasil e a teoria de custos que será empregada; o terceiro item elucida a metodologia; o quarto item desenvolve o tema dos custos na casa da moeda e finalmente as conclusões dos resultados obtidos.

2. A Casa da Moeda da Bahia em seu caráter permanente e estudos anteriores

O período em análise, de 1714 a 1798, envolve os reinados de D.João V (1706 a 1750), D.José I (1750 a 1777) e D.Maria I (1777 a 1799) (Sombra, 1938).

Após findar o período em que a casa da moeda era itinerante, a Casa da Moeda do Rio de Janeiro seria estabelecida de forma definitiva em 1702. Ao final do século XVII os bandeirantes encontram ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso (Maldonado, 2023, p.24) e de acordo com

Coimbra (1959) após o falecimento do rei de Portugal D. Pedro II em 1706 viria a época de D. João V em que as minas do Brasil produziram ouro em maior intensidade.

Neste cenário, a Casa da Moeda da Bahia seria aberta de forma permanente por D. João V em 18 de março de 1714 e viria a cunhar moedas de ouro, prata e cobre até cessar seus trabalhos pela Portaria de 29 de novembro de 1830; sendo encerrada pelo Decreto de 13 de março de 1834 (Gonçalves, 1984).

D. Rodrigo de Souza Coutinho, que a partir de 1796 viria a ser Ministro do Ultramar e da Marinha da corte portuguesa (Paim, 2009) solicita às capitânicas da Bahia e Rio de Janeiro informações sobre a moeda em circulação (Sombra, 1938, p. 253/254). Em 1798 José Venancio de Seixas informa a D. Rodrigo de Souza Coutinho que havia chegado à Bahia e tomado posse como provedor da casa da moeda e através do ofício de 4 de junho de 1799 comunica sobre todas as moedas cunhadas na Casa da Bahia de 1714 a 1798 (Sombra, 1938, p. 258). Esta correspondência é disponibilizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino [s.d.] e foi utilizada por Santos (1996, p.63) e Lima e Souza (2017, p.44) para as informações da cunhagem de moeda.

No período em análise a Casa da Moeda da Bahia amoedou na unidade monetária de réis, como no padrão português, moedas de ouro de: 12.800; 6.400; 4.800; 4.000; 3.200; 2.400; 2.000; 1.600; 1.200 e 800 réis e moedas de prata de 640; 600; 320; 300; 160; 150 e 75 réis. Em Gonçalves (1984) constam ainda moedas de cobre cunhadas nesta instituição não incluídas no mapa de cunhagem da Bahia, em análise.

Carrara (2010) estuda a contabilização e rendimento da amoedação na Casa da Moeda de Minas Gerais e para efeito de comparação utiliza dados das Casas da Moeda do Rio de Janeiro e Bahia. Para a Casa da Moeda da Bahia são analisados dados de junho de 1718 a maio de 1719; de outubro de 1723 a dezembro de 1724 e de janeiro de 1726 a maio de 1727.

Assim, a utilização de dados anuais de 1714 a 1798 da correspondência de José Venancio de Seixas, permite detalhar a estrutura de custos da Casa da Moeda da Bahia em seus componentes: custo fixo; custo variável; ponto de equilíbrio e custo marginal.

2.1. Sistema de custeio direto: a análise de custo-volume

É fundamental para empresas e organizações em geral a análise das relações entre receitas geradas, despesas determinadas pelos custos e seus efeitos para a determinação do resultado final: lucro ou prejuízo. Normalmente, essa metodologia de avaliação é denominada análise do custo-volume-lucro. O principal foco dessa avaliação é baseado na análise da relação custo-volume que tem como objetivo conhecer como os custos variam em função da mudança de ritmo da atividade econômica (Horngren, 1985).

A análise de custo-volume segmenta os custos em custos fixos e custos variáveis. Os custos fixos não estão associados diretamente ao volume de produção, ou seja, não são impactados pela quantidade de bens ou produtos produzidos. Já os custos variáveis variam numa relação direta volume de produção (Cruz *et al.*, 2011; Pindick e Rubinfeld, 2006).

Hornngren (1985, p.21) afirma que o custo fixo é “[...] um custo que não varia no total, mas vai diminuindo unitariamente com o aumento do volume” enquanto o autor argumenta ainda que os custos variáveis “são uniformes por unidade, mas seu total varia na razão direta do total de atividade ou do volume relacionado”.

De acordo com Clemente e Souza (*apud* Cruz *et al.*2011, p.6) essa ferramenta de análise é denominada Custeio Direto e teve origem nos Estados Unidos da América no início da década de 30. Ainda segundo os autores, o principal aspecto conceitual atribuído ao método do Custeio Direto consiste em “que apenas os custos totalmente variáveis são atribuídos aos produtos; e os custos fixos são considerados como custos de estrutura e, portanto, não atribuíveis aos produtos”.

Neste contexto, pode-se definir o custo total como uma função tanto do custo fixo como do custo variável. Sanvicente (1987, p.194) propõe a aplicação da regressão linear mediante a expressão:

$$CT = CF + CV * Q \quad (\text{eq.1})$$

Em que: o CT representa o custo total; Q é o volume de unidades produzidas; CF é um parâmetro que representa o componente custo fixo; CV o parâmetro que representa o custo por unidade produzida.

Pode-se afirmar que a equação de custos representa o custo total de um produto ao longo de um período de atividade. Cabe destacar, que por hipótese a função de custos considera que permanecerão constantes tanto os custos fixos e os custos variáveis por unidade no período de estudo (Silva *et al.* 2014).

Segundo Hornngren (1985, p.22) “um custo fixo só é fixo em relação a um determinado período - período orçamentário - e a uma faixa determinada, embora larga, de atividade, chamada faixa que interessa”. Neste sentido, os custos variáveis também serão considerados constantes durante o período de estudo ou faixa de interesse. Ou seja, as premissas implícitas à análise de custeio direto são estáticas e valem numa faixa de volume, qualquer alteração (ou do custo fixo ou do custo variável por produto) vai influenciar todas as relações. Conforme Hornngren (1985, p.32) afirma: “a natureza estática destas hipóteses deve ser sempre lembrada pelos administradores que aplicarem esta análise de grande utilidade”.

Ross *et al.* (2013, p.368) argumentam que os custos variáveis mudam quando a produção varia e são zero quando não se tem produção. De acordo com os autores é comum supor que um custo variável é constante por unidade de produção, sendo os custos variáveis proporcionais ao nível de produção. Já os custos fixos não dependem da quantidade de produção. Mas é importante ressaltar que esses custos fixos não são fixos indefinidamente, mas num período de tempo pré-estabelecido.

Ao se analisar a expressão de custos totais Hornngren (1985) sugere a análise do ponto de equilíbrio que representa o equilíbrio entre as unidades físicas e unidades monetárias de vendas.

Neste contexto, o ponto de equilíbrio representa o lucro zero, que não é o objetivo de uma empresa (Silva *et al.*, 2014). Assim, pode-se afirmar que mesmo o ponto de equilíbrio sendo secundário em termos de decisão de planejamento, sua análise permite avaliações de risco de certas alternativas de ação quando o volume de vendas oscila (Horngren, 1985, p.24).

A análise do ponto de equilíbrio parte das contas do demonstrativo de resultados e pode ser expressa segundo Horngren (1985, p.24) por:

$$\text{Receitas} - \text{Custos Variáveis} - \text{Custo Fixo} = \text{Lucro} \quad (\text{eq.2})$$

Sendo Q o número de unidades pode-se reescrever a função:

$$Q \cdot \text{Preço Unitário de Vendas} = Q \cdot \text{Custo Variável Unitário} + \text{Custo Fixo} + \text{Lucro} \quad (\text{eq.3})$$

Como no ponto de equilíbrio o Lucro é zero tem-se:

$$Q = \text{Custo Fixo} / (\text{preço unitário de vendas} - \text{custo variável unitário}) \quad (\text{eq.4})$$

Sendo Q a quantidade necessária para atingir o ponto de equilíbrio. Ou seja, é o volume a ser atingido em unidades.

O denominador da equação-4 representa a margem de contribuição, constituindo a diferença entre preço de venda unitário e o custo variável unitário. Dessa forma, pode-se definir margem de contribuição pela expressão:

$$\text{Margem de Contribuição Unitária} = \text{Preço unitário de Vendas} - \text{Custo Variável unitário} \quad (\text{eq.5})$$

Segundo argumentam Garrison; Noreen e Brewer (2007 *apud* Silva *et al.*, 2014, p. 73). “Uma vez alcançado o ponto de equilíbrio, o lucro operacional líquido aumentará pelo valor da margem de contribuição por unidade, a cada unidade vendida adicional”

Pindyck e Rubinfeld (2006, p.185) definem também um outro instrumento de análise: o custo marginal, que representa o incremento de custos determinado pelo aumento de uma unidade produzida. É importante destacar que como o custo fixo não se altera com a variação da capacidade produtiva, o custo marginal é o custo total (no caso o próprio custo variável) impactado pelo incremento de uma unidade extra de produção e pode ser representado pela seguinte expressão:

$$\text{CMg} = \Delta \text{CV} / \Delta \text{Q} = \Delta \text{CT} / \Delta \text{Q} \quad (\text{eq.6})$$

Em que: CMg é o custo marginal; ΔCV é a variação no custo variável; ΔCT é a variação no custo total; ΔQ é a variação nas quantidades.

Podem ser mencionadas algumas vantagens do uso do método de Custeio Direto: ajuda a determinar qual produto ou linha de produção é mais lucrativa e quais são passíveis de investigação na contabilidade de custos face ao impacto das mudanças do nível de atividade; apresenta a margem de contribuição por produto e total; facilita uma avaliação do impacto dos custos fixos no lucro. Como desvantagens destacam-se: o custo variável é aplicável por um período de tempo; a análise de custos fixos e variáveis pode ser cara e demorada; o custeio direto não é aceito para elaboração das demonstrações contábeis (Leone *apud* Cruz *et al.*, 2011 p. 7)

3. Método de pesquisa

O documento em análise, disponibilizado pelo Arquivo Histórico Ultramarino [s.d], é manuscrito, assim alguns níveis de checagem foram implementados de forma a verificar as informações anuais de 1714 a 1798, como checagens de valor das moedas e peso das mesmas.

O mapa informa o valor total em réis amoeado a cada ano, bem como o peso total do metal, e a quantidade de cada moeda. Após a conversão da unidade de peso de marcos e suas divisões para quilos (1 marco = 229,4784 gramas – Maldonado (2023, p.28)) e obter o peso de cada moeda cunhada (Gonçalves, 1984 e Maldonado, 2023), a diferença média anual para checagem de pesos das moedas de ouro é de 0,8% e para a checagem por valor 0,4%. As moedas de ouro representaram 98,2% do peso total amoeado e 99,9% do valor amoeado informados no documento da Casa da Moeda da Bahia, no período analisado.

Em relação aos custos a serem analisados para a Casa de Moeda da Bahia, alguns são influenciados pelo nível de produção, outros são fixos e independem das unidades produzidas. Em conformidade com o referencial teórico, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 185) e Cruz *et al.* (2011) na ferramenta do custeio direto serão identificados esses dois componentes do custo total: os custos fixos que não se alteram com a variação do patamar de produção e só são eliminados se a empresa cessar a produção e os custos variáveis que são aqueles que se alteram com a variação do nível de produção.

Será usada para análise de custos totais a regressão linear proposta por Sanvicente (1987, p.194) representada na equação-1.

A partir das regressões serão estudadas as relações entre as variáveis explicativas (independentes) e as variáveis dependentes. Os resultados serão apresentados e analisados por meio de gráficos, tabelas e testes estatísticos.

O custo marginal de produzir uma unidade adicional será determinado pela equação-6. Por sua vez, o ponto de equilíbrio será obtido igualando-se as equações de receitas e custos obtidas pelas regressões.

4. O mapa de cunhagem da Casa da Moeda da Bahia 1714-1798

Através do ofício de 4 de junho de 1799 José Venancio de Seixas, provedor da Casa da Moeda da Bahia, comunica a D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre as moedas cunhadas nesta casa de 1714 a 1798. Documento disponibilizado pelo Arquivo Histórico Ultramarino [s.d].

O mapa em análise apresenta a amoedação de ouro e prata, com suas quantidades de moedas por ano; peso total por ano; dinheiro das partes; rendimentos reais e líquido de rendimentos após despesas, cujas principais contas são apresentadas na tabela-1. A literatura explicita a cunhagem de cobre na Casa da Moeda da Bahia no período em análise (Galvão, 1905, p.28; Gonçalves, 1984, p.93), porém a mesma não foi incluída no documento.

Tabela-1. Informações selecionadas no Mapa de Cunhagem da Casa da Moeda da Bahia.

	Peso		Dinheiro das Partes		Rendimentos Reais		Escovilhas	Despesas	Lucro
	Ouro	Prata	Ouro	Prata	Ouro	Prata			
Mínimo	113	32	47,4	0,9	26,1	0,1	0,0	8,2	-3,4
Máximo	3.328	510	1.392,1	14,8	62,2	2,2	0,7	16,6	87,6
Total	101.731	1.868	42.643,0	55,5	2.982,4	6,8	9,2	793,2	2.205,2

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Em que: peso do ouro e prata em quilos; Dinheiro das partes, Rendimentos Reais, Escovilhas, Despesas e Lucro em milhões de réis.

No período 1714-1798 foram cunhadas na Casa de Moeda da Bahia 103,6 toneladas de moedas, sendo 98,2% em ouro (99,9% em valor corrente - réis). Segundo Pinto (1979, p.116) no século XVIII os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso produziram 876,6 toneladas de ouro. A figura-1 apresenta a amoedação anual do ouro em quilos no período em estudo.

A moeda de ouro de 6\$400 foi a mais cunhada no intervalo de tempo analisado, representando 73,5% do total do segmento ouro, em peso. Por sua vez as moedas da série “J” representaram 88,3% do peso total de prata cunhada. Estas moedas da série “J” aprovadas pela Provisão do Conselho Ultramarino de 13 de março de 1752 visavam facilitar o troco do ouro nas regiões das Minas (Galvão, 1905, p.24).

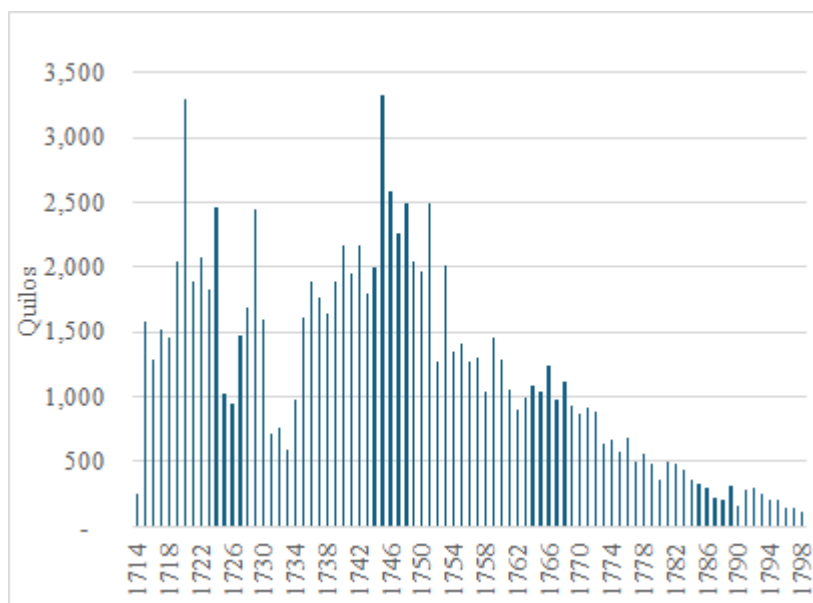


Figura-1. Cunhagem de moedas de ouro na Casa da Moeda da Bahia (1714-1798).

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

O mapa de cunhagem é composto por 31 colunas detalhadas em seu texto: a coluna-1 contém o ano de análise; a coluna-2 o peso do ouro que entrou em marcos e suas divisões (marco; onça; oitava; grãos); a coluna-3 o peso das escovilhas; as colunas-4 a 13 as diversas moedas de ouro cunhadas; a coluna-14 o peso da prata que entrou em marcos e suas divisões; as colunas-15 a 21 as moedas de prata cunhadas; a coluna 22 com observações; as colunas-23 e 24 “Dinheiro

das partes” de ouro e prata; as colunas-25 a 27 apresentam os “Rendimentos Reais” de ouro, prata e escovilhas; a coluna-28 as despesas; a coluna-31 “Despezação” é a soma dos “Rendimentos Reais” da colunas-25 a 27; as colunas-29 e 30 apresentam o prejuízo e lucro das operações, como os “Rendimentos Reais” menos as despesas da coluna-28.

A informação no documento de 1799 na coluna “Dinheiro das Partes” adicionado aos “Rendimentos Reais” representa o total do valor das moedas cunhadas.

Tomando-se anualmente o “Rendimento das Partes” e os “Rendimentos Reais” dividindo-se pelos respectivos pesos observamos que:

-Na cunhagem das moedas de ouro a mediana do Rendimento das partes foi 96\$000 réis/marco e a mediana do valor após amoedado foi 102\$678/marco. Estes valores são coerentes com Carrara (2010, p.222) de que segundo a lei de 4 de agosto de 1688, vigente no século XVIII, o marco de ouro de 22 quilates era recebido nas Casas da Moeda por 96\$000 réis e tinha valor de 102\$400 após amoedado;

-Na cunhagem das moedas de prata a mediana do Rendimento das partes foi 6\$855 réis/marco e a mediana do valor cunhado foi 7\$657/marco. Quanto ao valor de entrada da prata 6\$855 réis/marco ou \$107,11 réis a oitava é ligeiramente inferior ao mencionado na carta de maio de 1755 do provedor da Fazenda Real ao Capitão-General da Capitania que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro pagava \$108 réis por oitava, mas no mercado se pagava de \$110 a \$112 réis a oitava (Santos, 1996, p.19).

A Receita Real era composta pelos “Rendimentos Reais”, ou seja, da diferença entre o valor da moeda cunhada mais a receita das escovilhas (0,3% da receita total) menos o valor de entrada do metal (rendimento das partes).

Por sua vez as despesas, como discriminadas no documento, compreendiam os ordenados dos oficiais da casa, despesas com trabalhadores para o lavramento da moeda e mais ingredientes necessários. Abatidos estes valores da Receita resultavam no lucro ou prejuízo para a Coroa na referida Casa da Moeda.

No período de 1714 a 1789 o lucro referente a cunhagem das moedas de ouro e prata totalizou 2.205 contos de réis correspondendo a 73,5% da Receita Régia (2.998 contos de réis) e 4,8% da Cunhagem Total (45.688 contos de réis).

4.1 Custos Fixos e Variáveis na Casa da Moeda da Bahia.

De posse das definições de custos fixos e variáveis na revisão da literatura, podemos aplicar as mesmas à Casa da Moeda da Bahia, lembrando que as estatísticas de despesas incluem uma participação no peso total de 1,8% em prata para a qual não temos a segmentação. Assim, se optou por fazer as análises sem tentativa de isolar a prata. Também foi retirado das regressões o ano de 1714, por ter sido o ano inicial da produção (a Casa foi reaberta pela Provisão do Conselho Ultramarino, de 18 de março daquele ano).

Tomando as Receitas régias por ano em função do peso de moeda cunhada por ano com a regressão passando pela origem (uma vez que sem produção a receita deve ser zero) temos:

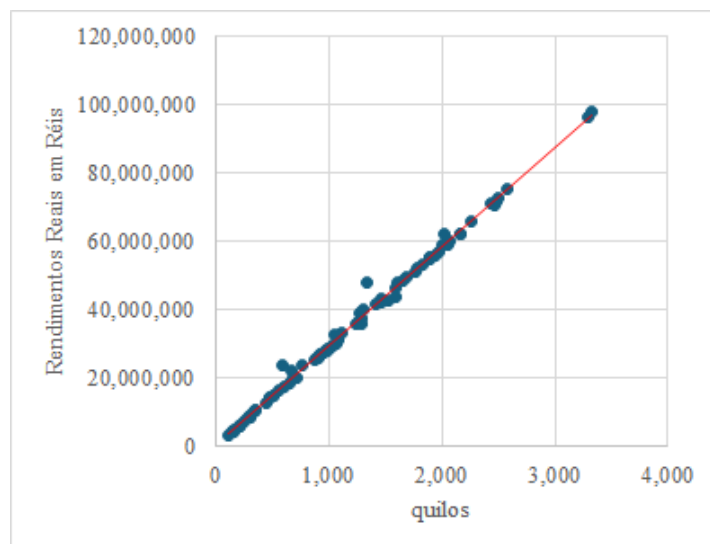


Figura-2. Rendimentos Reais (réis) em função do quilo de metal cunhado.

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Tabela-2. Regressão: Receita = $b_1(\text{réis/quilo}) * \text{quilos}$.

ANOVA			
	gl	F	F de significação
Regressão	1	29.388,678	0,000
Resíduo	83		
Total	84		

	Coefficientes	Stat t	valor-P
b_1	28.895,57	171,431	0,000

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

A regressão resulta em:

$$\text{Receita} = 28\$895,57 (\text{réis/quilo}) * \text{peso (em quilos)} \quad (\text{eq.7})$$

Este valor de 28\$895,57 réis/quilo representa 6\$631 réis/marco que é muito próximo a diferença entre o valor de entrada do metal (96\$000/marco) e de cunhagem do ouro (102\$678/marco).

Por sua vez analisando a despesas (custo total) por regressão obtemos:

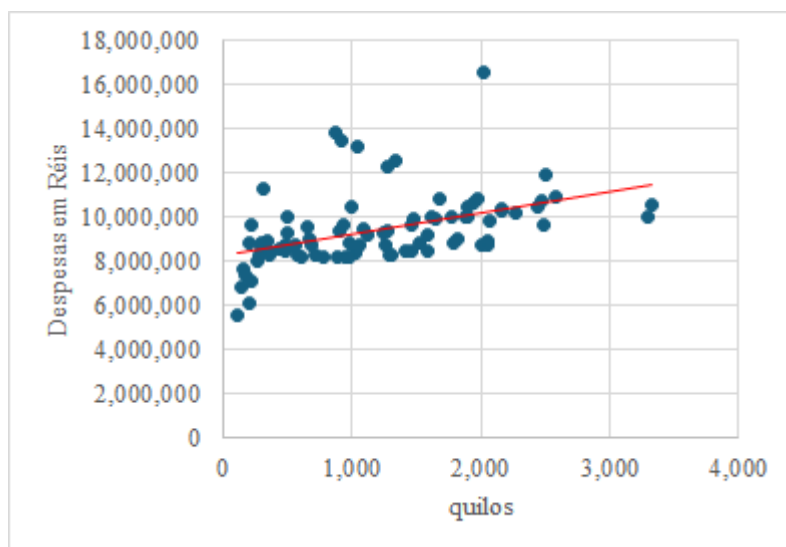


Figura-3. Despesas (réis) em função do quilo de metal cunhado.
Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Tabela-3. Regressão: $\text{Custo Total} = c_0 + c_1(\text{réis/quilo}) * \text{quilos}$.

ANOVA			
	gl	F	F de significação
Regressão	1	24,052	0,000
Resíduo	82		
Total	83		

	Coefficientes	Stat t	valor-P
c_0	8.184.517,74	27,391	0,000
c_1	1.008,96	4,904	0,000

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Com a seguinte equação:

$$\text{Despesa} = 8.184.518 \text{ réis} + 1.008,96 (\text{réis/quilo}) * \text{peso (em quilos)} \quad (\text{eq.8})$$

A regressão (teste F) e os coeficientes são significativos ao nível de 95% de confiança.

A Casa da Moeda da Bahia apresentou no período em análise um custo fixo de 8,18 contos de réis por ano (1 conto de réis equivalia a 1 milhão de réis). Por sua vez, ao custo marginal de 1\$008,96 réis/quilo a moeda de ouro mais cunhada 6\$400 réis, com peso de 14,2 gramas (Gonçalves, 1984, p.93), a despesa de produzir uma moeda adicional seria de \$14,3 réis, excluindo o custo do metal.

Para calcular o ponto de equilíbrio, como definido anteriormente, são igualadas as duas equações, de receita (eq.7) e despesa (eq.8), resultando em um ponto de equilíbrio de 293,8 quilos de ouro.

Ignorando o ano de abertura da casa da Moeda da Bahia em 1714, em que a produção foi de 244,7 quilos, durante o auge da cunhagem de ouro no Brasil a produção foi superior ao ponto de equilíbrio de 293,8 quilos (os dados anuais de cunhagem são apresentados na figura-1). A partir do ano de 1787 passa-se a observar produção abaixo do ponto de equilíbrio na maioria dos anos, passando a casa a operar em prejuízo, apresentado na figura-4.

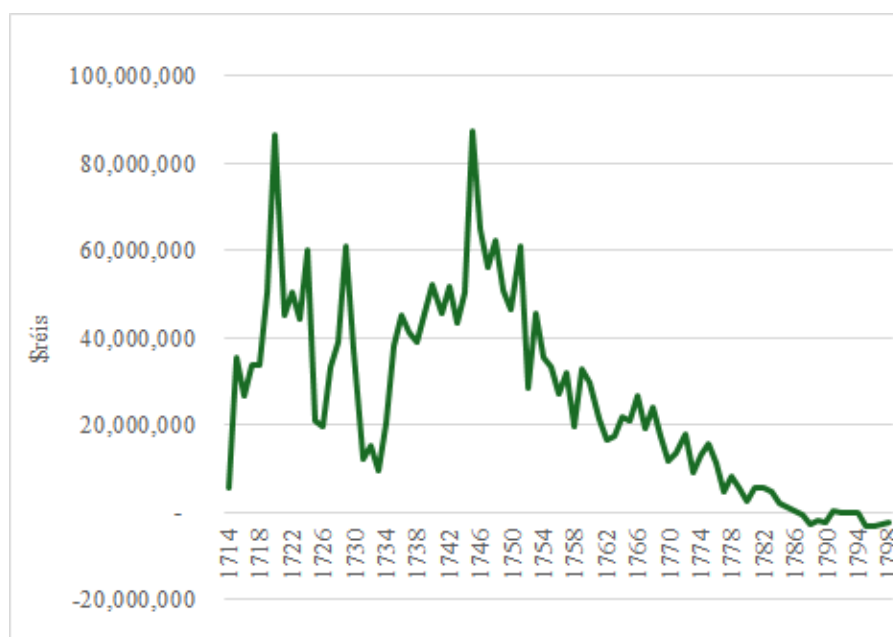


Figura-4. Lucro anual da Coroa (réis).

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Segundo Pinto (1979, p.13) a grande produção de ouro ocorreria de 1735 a 1754, a partir daí se verifica o declínio das minas Goianas, de Minas Gerais e Mato Grosso, até que os quinquênios 1775 a 1779 e 1780 a 1785 marcam o fim da era do ouro no Brasil.

Em de 5 de julho de 1800 D.Fernando José de Portugal, governador da Bahia, envia ofício a D.Rodrigo de Souza Coutinho sobre a “maneira de se restaurar a Casa da Moeda da Bahia da decadência em que se encontrava” (Sombra, 1938, p.269).

A cunhagem de ouro não viria a recuperar aos níveis anteriores até o fechamento da casa em 1830, no entanto um novo evento viria a incrementar a cunhagem de prata com a chegada da família real ao Brasil em 1808, o (re)cunho do patacão da prata de \$960 réis a partir de 1810 (Maldonado, 2023, p.397).

5. Conclusões

Este trabalho utilizou a correspondência de 1799 em que o provedor detalha a amoedação, receitas e custos na Casa de Moeda da Bahia de 1714 a 1798.

Após a tabulação e checagem dos dados anuais do documento manuscrito, os valores de entrada dos metais ouro e prata foram coerentes com a literatura anterior.

Foram estabelecidos através de regressão as equações de receita, custos fixos e variáveis para a instituição. A Casa da Moeda da Bahia tinha um custo fixo anual em torno de 8 contos de réis.

O custo marginal de produzir uma moeda adicional de 6\$400 réis, a mais cunhada no estabelecimento, era de \$14,3 réis, após a entrada do metal. E o ponto de equilíbrio das operações era de 293,8 quilos de ouro. Tendo o ápice da produção de ouro sido alcançado em meados do século XVIII, a partir do ano de 1787 passa-se a observar produção abaixo do ponto de equilíbrio na maioria dos anos, passando a casa a operar em prejuízo.

Ainda viria a se observar na Casa da Moeda da Bahia a recunhagem do patacão de prata de \$960 réis, a partir de 1810, após a chegada da família real ao Brasil. Em 1830 a casa viria ter suas atividades encerradas.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [s.d.] Offício do Provedor José Venancio de Seixas para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a cunhagem da moeda feita na Casa da Moeda da Bahia desde 1714, anno da sua fundação, até 1798. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&pagfis=49038. Acesso em: 4 out. 2024.
- BORREGO, Pedro D.C. A Casa da Moeda de Salvador da Bahia, a primeira do Brasil. **Revista Numismática Brasileira**, v.XXVIII, n.1, p.31-38, 2024.
- CARRARA, Angelo A. Amoeção e Oferta Monetária em Minas Gerais as Casas de Fundição e Moeda de Vila Rica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.26, n.43, p.217-239, jan./jun. 2010.
- CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (III). **Revista de História**, São Paulo, v.19, n.39, p.215-271, 1959.
- CRUZ, June A. W. *et al.* A Classificação dos Custos Fixos e Variáveis por Meio de Regressão Múltipla: Estudo de Caso em uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba – PR. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.13, n. 50, p.5-13, jan./abr. 2011.
- GALVÃO.M.A. A Moeda no Brasil. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXVI, parte 2, p.9-68, 1905.
- GOMES, João G.S. A escassez de moeda na América portuguesa no final do século XVII e a implantação da Casa da Moeda na Bahia. **Revista M**, 1ª série, n.2, p.34-45, 2019.
- GOMES, Edil. E o Rei de Portugal autoriza cunhar moedas no Brasil. **Revista Numismática Brasileira**, v.XXIV, n.2, p.7-24, 2020.
- GONÇALVES, Cleber B. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1984.
- HORNGREN, Charles T. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.
- LEVY, Maria B. Elementos para o Estudo da Circulação da Moeda na Economia Colonial. **Estudos Economicos**, v.13, p.825-840, 1983.

- LIMA, Fernando C., e SOUZA, Rita M. Production, Supply and Circulation of National Gold Coins in Brazil (1703-1807). **America Latina en la Historia Económica**, p. 37-65, ene./abr., 2017.
- MALDONADO, Rodrigo, **Bentes Guia Oficial das Moedas Brasileiras**, 9. ed. Itália: Bentes Edizioni Numismatiche, 2023.
- PAIM, Antonio. A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos**, n.3, p. 266–269, 2009.
- PINDICK, Robert S., e RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- PINTO, Virgílio N. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português**. São Paulo: Ed.Nacional, 1979.
- ROSS, Stephen A. *et al.* **Fundamentos de Administração Financeira**. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- SANTOS, Corcino M. Evasão da Prata Espanhola para o Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.390, p.7-72, jan./mar. 1996.
- SANVICENTE, Antonio Z. **Administração Financeira**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- SILVA, P. Q. *et al.* Análise custo-volume-lucro e análise de regressão como instrumento de previsão do comportamento dos custos de uma farmácia. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 1, n. 2, p. 69-86, 2º sem./2014.
- SOMBRA, Severino. **História Monetária do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Oficinas Graficas da Emp. Almanak Laemmert, Ltda, 1938.